Líbia: quem os revolucionários devem apoiar?

País vive guerra civil e uma agressão imperialista [págs 14 e 15]

PSTU

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR NÚMERO 421 ▸ DE 6 A 19 DE ABRIL DE 2011 ▸ ANO 15 R$ 2

Greve e revolta nas obras do PAC

Trabalhadores de Suape, Jirau e Pacém lutam contra maus tratos e superexploração! [págs 8, 9 e 10]

ATO CONTRA PRISÕES EXIGE O FIM DOS PROCESSOS

[pág 16]

ATIVISTA GLBT É AGREDIDO EM SÃO PAULO

[pág 7]

Cuba: Reportagem especial

Correspondente do Opinião conta o que viu na Ilha de Fidel [págs 12 e 13]

DESCULPA BREGA – "Debaixo da toga de um magistrado também bate um coração de homem", palavras de Luiz Fux, ministro do STF que decidiu que o Ficha Limpa não valeu para 2010.

PRESOS NO JAPÃO – No último dia 31, três estudantes japoneses foram presos após protestarem contra a empresa que administra as usinas nucleares no país. Os jovens pertencem à federação dos estudantes japoneses, a Zengakuren.

RACISMO NA TV

Jair Bolsonaro (PP-RJ) exalou racismo no programa CQC do último dia 28. Depois de responder várias perguntas de telespectadores, defendendo a tortura, a ditadura e a homofobia, o parlamentar ultradireitista mostrou em rede nacional todo seu ódio racista. Questionado pela cantora Preta Gil se aceitaria que um filho seu se casasse com uma negra, Bolsonaro respondeu: "Não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco porque os meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu."

PÉROLA

Africanos são descendentes de um ancestral amaldiçoado por Noé

MARCO FELICIANO, deputado federal (PSC-SP), em uma afirmação racista em sua página no Twitter no último dia 30. Completou: "repousa a maldição do ocultismo, misérias, doenças" (UOL Notícias, 31/3)

AMÂNCIO

RACISMO EM JAGUARÃO

O estudante baiano Helder Santos, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), cidade de Jaguarão (RS), foi vítima de um covarde ataque racista e xenófobo realizado pela Brigada Militar gaúcha. Abordado pela polícia, Helder foi preso e agredido. Depois de denunciar as agressões, o estudante recebeu ameaças através de cartas. Uma delas dizia: "Nego sujo volta pra Bahia". A diretora da universidade cobrou explicações da Brigada Militar. Mas também recebeu uma carta com ameaças, onde era responsabilizada por atrair "lixo" para a cidade. O estudante disse que essa postura no RS é corriqueira. "As pessoas já estavam adaptadas a esse tipo de prática, mas eu venho de outra realidade e, para mim, era inconcebível que alguém me abordasse, me agredisse e isso fosse natural", disse em entrevista ao Coletivo Catarse.

EXPLORAÇÃO À ITALIANA

Depois de muitas ameaças, a Fiat, com a ajuda do governo de Berlusconi, impôs um novo tipo de contrato de trabalho a seus operários. O novo contrato vai obrigar os trabalhadores a totalizarem 120 horas de horas extras por ano, pagas com a mesma alíquota de anteriormente (antes da medida eram 40 horas). Além disso, os trabalhadores serão obrigados a trabalhar 15 sábados para totalizar as 120 horas. O acordo foi fechado com a colaboração da esquerda reformista italiana. As centrais CISL e UIL, o Partido Democrático e o ex-primeiro-ministro Massimo D'Alema (ex-chefe do PCI) apoiaram as exigências da Fiat, que ameaçava fechar as fábricas de Turim e Nápoles.

TSUNAMI DE PEÃO

Como parte da campanha salarial dos operários da construção civil de Fortaleza (CE), no dia 25 de março, cerca de 1.800 operários da obra do estádio Presidente Vargas paralisaram suas atividades e realizaram uma passeata nomeada por eles mesmos de "tsunami de peão".

PROTESTO CONTRA CORTES

No último dia 26, cerca de meio milhão de pessoas foram às ruas em Londres contra a política de austeridade do governo do primeiro-ministro David Cameron. Os manifestantes gritaram palavras de ordem contra os cortes no orçamento realizados pelo governo e outros já anunciados. "Não acabem com a Grã-Bretanha",

"não aos cortes" e "defendamos os nossos serviços públicos" eram algumas inscrições dos cartazes empunhados pelos manifestantes.

Assine o Opinião Socialista

assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

NOME: ____________
CPF: ____________
ENDEREÇO: ____________
BAIRRO: ____________
CIDADE: ______ UF: ____ CEP: ______
TELEFONE: ______ CELULAR: ______
EMAIL ____________

TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
☐ (R$ 12)	☐ (R$ 20)	☐ (R$ 40)
☐ SOLIDÁRIA: R$ ______	☐ SOLIDÁRIA: R$ ______	☐ SOLIDÁRIA: R$ ______

FORMA DE PAGAMENTO

☐ DÉBITO EM CONTA. BANCO: ○ BRADESCO ○ BANCO DO BRASIL ○ CAIXA ECONÔMICA OP.______
AGÊNCIA: ______
CONTA: ______
☐ CARTÃO VISA Nº ______ VAL. ______
☐ BOLETO
☐ CHEQUE *

Recorte e mande para: Rua dos Caciques, 265. Saúde - São Paulo (SP) CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

Compre a Correio Internacional

Adquira o quarto número da revista Correio Internacional. Compre com quem lhe vendeu o jornal

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: opiniao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary
EDITOR
Eduardo Almeida Neto
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)
REDAÇÃO
Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva
DIAGRAMAÇÃO
Victor "Bud"
IMPRESSÃO
Gráfica Lance (11) 3856-1356
ASSINATURAS
(11) 5581-5776 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01313-000 Tel.: (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
***gayslesb@pstu.org.br*
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - R Dr. Rocha Cavalcante, 556. A Vergel - (82) 3032 5927. *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013. Centro (altos Bazar Brasil). Tel (96) 3224-3499. *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093. *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, Sala 301. Centro. Tel (71) 3015-0010 *pstubahia@gmail.com. Blog: pstubahia.blogspot.com*
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910. Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710. Benfica. CEP 60015-340. *fortaleza@pstu.org.br*

JUAZEIRO DO NORTE - Rua São Miguel, 45. São Miguel. Telefone: (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, Sala 215. Asa Sul. CEP 70.306-000. Fone/Fax: (61) 3226-1016 *brasilia@pstu.org.br. Blog: pstubrasilia.blogspot.com*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 237, nº 440, Qd. 106, Lt- 28, Casa 014, CEP 74605-160. Setor Universitário. Tel (62) 8426 4966. *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, Sala 10. Monte Castelo. Tel (98) 8812-6280/8888-6327. *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165. Jd. Leblon. CEP 78060-010. Tel (65) 9956-2942/9605-7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921. Vila Planalto. Tel (67) 3331-3075/9998-2916. *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - R. da Bahia, 504, sala 603 - Centro (31) 3201-0736. *bh@pstu.org.br. Site: minas.pstu.org.br*

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202. Eldorado. Tel (31) 2559-0724

JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 20, sala 301. Centro. *juizdefora@pstu.org.br*

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. Tel (34) 3312-5629. *uberaba@pstu.org.br*

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*

ALTOS - Duque de Caxias, 931. Altos. Telefone: (91) 3226.6825 (91) 8247.1287.

SÃO BRÁZ - R. 1º de Queluz, 134. São Braz. Telefone: (91) 3276-4432.

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Sérgio Guerra, 311, sala 1. Bancários. Tel (83) 241-2368. *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Av. Luiz Xavier, 68, sala 608. Centro. *curitiba@pstu.org.br*

MARINGÁ -Rua José Clemente, 748, Zona 07. CEP 87020-070. Tel (44) 9111 3259. *Blog: pstunoroeste.blogspot.com*

PERNAMBUCO

RECIFE - R. Santa Cruz, 173, 1º andar. Boa Vista. Tel (81) 3222-2549. *pernambuco@pstu.org.br. Site: www.pstupe.org.br.*

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. *teresina@pstu.org.br. Blog: pstupiaui.blogspot.com*

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180. Lapa. *Tel (21) 2232-9458. riodejaneiro@pstu.org.br. Site: rio.pstu.org.br*

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404. Centro. *d.caxias@pstu.org.br*

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308. Centro. *niteroi@pstu.org.br*

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766 - Fundos. Centro. CEP 27916-000. Macaé (RJ). Telefone: (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62. Cordueira. Telefone: (22) 2533-3522

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546. Centro

VALENÇA - R. 2, 153 - BNH. João Bonito. CEP: 27600-000. Telefone: (24) 2452 4530. *sulfluminense@pstu.org.br*

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43 - Sala 202. Aterrado. CEP 27.215-090. Telefone: (24) 3112.0229. *sulfluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - R. Apodi, 250. Cidade Alta. Telefone: (84) 3201 1558. *natal@pstu.org.br. Blog: psturn.blogspot.com*

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243. Porto Alegre. Tel (51) 3024.3486/3024.3409. *portoalegre@pstu.org.br. Blog: pstugaucho.blogspot.com*

GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105. Morada do Vale I. Tel (51) 9864 5816

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432 sala 20. Galeria Dom Guilherm. Tel (54) 9993 7180

SANTA CRUZ DO SUL - Tel (51) 9807 1722

SANTA MARIA - Tel (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77. Centro. Tel (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Imigrante Meller, nº 487. Pinheirinho. Tel (48) 3462-8829/9128 4579. CEP: 88805-085 *pstu_criciuma@yahoo.com.br*

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248. São Bento. Tel (11) 3313-5604

ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18. São Miguel. Tel (11) 7452-2578

ZONA SUL - R. Amaro André, 87. Santo Amaro. CEP 04753-010. Tel (11) 5823-8440.

ZONA OESTE - R. Belckior Carneiro, 20. Próximo à estação Lapa da CPTM. CEP 05068-050. Tel (11) 7071-9103.

BAURU - R. Antonio Alves, 6-62. Centro. CEP 17010-170. *bauru@pstu.org.br*

CAMPINAS - R. Saldanha Marinho, 990 Tel (19) 3236-0359. *campinas@pstu.org.br*

FRANCO DA ROCHA - Av. 7 de Setembro, 667. Vila Martinho. *educosta16@itelefonica.com.br*

GUARULHOS - R. Harry Simonsen, 134 - Fundos. Centro. Telefone: (11) 2382-4666. *guarulhos@pstu.org.br*

MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213. Centro. Tel (11) 9987-2530. *saopaulo@pstu.org.br*

PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, Sala 05. Jardim Caiçara. Tel (18) 3221-2032

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614. Campos Eliseos. Tel (16) 3637-7242. *ribeirao@pstu.org.br*

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58. Centro. Telefone: (11) 4339-7186. *saobernardo@pstu.org.br Blog: pstuabc.blogspot.com*

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Sebastião Humel, 759. Centro. Tel (12) 3941-2845. *sjc@pstu.org.br*

EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917 - sobreloja. Pq. Pirajuçara. Telefone: (11) 4149-5631

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386. Centro. Tel (12) 3953.6122

SUZANO - Tel (11) 4743-1365. *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b. Conjunto Orlando Dantas. Telefone: (79) 3251-3530. *aracaju@pstu.org.br*

Algo novo no ar

A vida dos operários da construção civil já foi relatada em verso e prosa. Músicos como Chico Buarque (Pedro Pedreiro) e Zé Geraldo (Cidadão) cantaram a dureza de seu dia a dia. Poetas e repentistas: é hora de voltar a falar deles.

Vários canteiros das grandes obras do país foram sacudidos por greves radicalizadas nas últimas semanas. Em alguns casos, verdadeiras rebeliões. Algo novo no ar: o movimento operário está de volta.

Empurrados para diante pela exploração brutal nessas obras. Embalados pelo crescimento da economia, que dá maior segurança a eles sobre seu emprego. Um exemplo que rapidamente se estendeu a outros lugares.

Começou com o canteiro das obras da hidroelétrica de Jirau, logo seguido em outro canteiro em Porto Alegre, outro na Bahia, em Pernambuco, no Rio, entre outros estados. Em um momento, quase cem mil operários estavam em greve.

Assembleia em Suape (PE)

A RADICALIDADE NOS ENFRENTAMENTOS

Durante essas greves está sendo muito comum a utilização de métodos radicais, com enfrentamentos com a polícia, destruição de casas e mesmo canteiros de obras.

Isso indica uma grande disposição de luta e uma insatisfação acumulada. E agora, mais além dessas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), os trabalhadores da construção civil de Fortaleza se preparam para sua campanha salarial que já originaram greves com grande número de enfrentamentos.

O PAC QUESTIONADO

As greves mostraram ao país a situação dos trabalhadores nas obras do PAC. Recebem salários miseráveis, têm condições de trabalho lamentáveis, com práticas de humilhação e opressão.

Tudo muito diferente da situação das empresas, beneficiadas com contratos milionários.

A construção civil no Brasil vem crescendo em um ritmo acelerado, com índices "chineses", que atingem 15% ao ano. Com a perspectiva da Copa e da Olimpíada, além da expansão das moradias populares, existe uma tendência de continuidade de forte crescimento.

A combinação entre o crescimento econômico e superexploração vai criando vários barris de pólvora em todo o país.

A CRISE DOS SINDICATOS

As greves revelaram também a falência da CUT e Força Sindical. Na maior parte dos casos, os sindicatos não representavam ninguém e nem eram reconhecidos pela base.

Não foi por acaso que o governo petista, que em geral só reconhece essas duas centrais pelegas teve de aceitar a participação da CSP-Conlutas na reunião nacional que discutiu a crise no setor.

Durante a reunião, a CSP-Conlutas foi a única a reivindicar a mudança real na situação dos operários, com o fim da terceirização e a contratação com salários dignos dos empregados.

EM UMA LUTA É FUNDAMENTAL SABER QUEM É SEU INIMIGO

Mais uma vez fica claro para quem o PT governa. As empresas se beneficiam dos contratos milionários do PAC. O governo, que tem enorme poder de pressão sobre elas por estar financiando essas obras, nada faz pelos trabalhadores.

Os operários da construção civil não têm em Dilma uma aliada. As empreiteiras da construção civil são uma das maiores fontes de financiamento das campanhas do PT.

UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

Todos estão vendo a inflação reduzindo dia a dia nossos salários. Segundo o próprio IBGE, o rendimento médio real recebido nas seis maiores regiões metropolitanas do país caiu 0,5% em fevereiro na comparação com janeiro. Os salários começam a perder a corrida contra a inflação.

É por isso que o exemplo das greves da construção civil deve ser discutido pelas outras categorias de todo o país. É hora de começar a lutar pelos nossos salários.

É hora de se incorporar no plano nacional de mobilização convocado pela CSP-Conlutas que aponta o dia 28 de abril como Dia Nacional de Lutas. Unificar as lutas do funcionalismo público já em marcha, do movimento popular e dos estudantes em todo o país com os operários da construção civil. ■

Movimentos sociais apresentam plataforma sobre a reforma política

ANDRÉ FREIRE, de São Paulo (SP)

Continuam os trabalhos das duas comissões do Congresso Nacional, uma do Senado e outra da Câmara, que vão preparar até o final de abril uma proposta de reforma política. Para o PSTU, se os debates sobre esta reforma ficarem restritos a essas duas Casas, os riscos de retrocessos importantes nos já limitados espaços democráticos em nosso país serão ainda maiores.

Um exemplo categórico desses retrocessos é a decisão absurda do Supremo Tribunal Federal (STF) de adiar a aplicação da chamada "Lei da Ficha Limpa", jogando a aplicação dela somente para as eleições de 2012. Essa legislação, sendo ainda muito limitada, impedia a posse de políticos comprovadamente corruptos que concorreram às eleições passadas, e já possuem condenação judicial. A decisão do STF abre espaço para o restabelecimento dos mandatos de políticos corruptos como Jader Barbalho (PMDB-PA), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), João Capiberibe (PSB-AP), entre outros representantes dos grandes partidos da burguesia, sejam eles da base do governo ou da oposição de direita.

DUAS FRENTES

Mas, felizmente, nas últimas duas semanas, dois importantes eventos começaram a mudar essa situação, mostrando que a preparação de uma reforma política no Brasil exige, obrigatoriamente, uma ampla participação popular nas suas decisões.

No último dia 23, foi lançada na Câmara dos Deputados a chamada "Frente Parlamentar por uma Reforma Política com participação popular". Já no último dia 30 de março, a "Plataforma dos movimentos sociais por uma reforma política com participação popular" também realizou um ato, dentro do Congresso Nacional, reafirmando suas propostas.

Tanto a "Frente Parlamentar" como a "Plataforma dos Movimentos Sociais" incorporam entre as suas principais propostas pontos importantes para evitar um retrocesso ainda maior no sistema político brasileiro. Um exemplo foi a adoção do financiamento público exclusivo de campanha, a rejeição de toda e qualquer cláusula de barreira e desempenho, a defesa do voto proporcional se opondo à adoção do voto distrital, entre outros pontos fundamentais desta luta.

Estas duas frentes políticas, apesar das diferenças de opiniões entre os partidos e entidades que as integram, são importantes espaços para resistir às sérias ameaças de retrocessos e de reafirmação das propostas que buscam avançar na ampliação dos espaços democráticos. O PSTU definiu integrar estes dois espaços de unidade de ação por entender que suas propostas incorporam pontos que historicamente são defendidos pelos movimentos sociais.

Estivemos presentes nestas duas importantes atividades, através de uma delegação de companheiros e especialmente com a presença de José Maria de Almeida, presidente nacional do partido. Além de integrar estes espaços, o PSTU apresentou suas propostas de ampliação radical dos espaços democráticos em nosso país.

Além dos pontos unitários dessas duas frentes constituídas, o que já representa um avanço importante, o PSTU defende propostas como a revogabilidade dos mandatos dos políticos que não cumprem seus compromissos de campanha; o fim da imunidade parlamentar para os políticos corruptos; limitação do salário dos parlamentares ao mesmo valor do salário de um operário especializado, atrelando-o ao valor do salário mínimo; a proibição de que as grandes empresas financiem as campanhas eleitorais, entre outros pontos do nosso programa.

AF2

ZÉ MARIA fala na reunião de lançamento da "Frente Parlamentar por uma Reforma Política com participação popular". Dia 23 de março

Defendemos

- ✔ Revogabilidade dos mandatos dos políticos que não cumprem seus compromissos e promessas de campanha.
- ✔ Fim da imunidade parlamentar para os políticos corruptos.
- ✔ Limitação do salário dos parlamentares ao mesmo valor do salário de um operário especializado, atrelando-o ao valor do salário mínimo.
- ✔ Pelo financiamento público de campanha. As grandes empresas devem ser proibidas de financiar as campanhas eleitorais.
- ✔ Contra o voto distrital e qualquer cláusula de barreira.

ABAIXO-ASSINADO

Para o PSTU, um Congresso Nacional que é dominado pelos grandes empresários e que vota sistematicamente projetos contra a classe trabalhadora não votará uma reforma política que atenda os interesses dos trabalhadores e da maioria do povo. Somente uma firme mobilização da classe trabalhadora e do conjunto dos movimentos sociais combativos pode evitar retrocessos e avançar no atendimento de nossas reivindicações.

Por isso, tem muita importância a aprovação, na última reunião da Coordenação Nacional da CSP - Conlutas, de uma resolução que colocará a central na vanguarda das ações contra as ameaças de retrocessos de uma reforma política antidemocrática.

A CSP-Conlutas propõe a realização de um abaixo-assinado unificado, com a participação de todas as entidades sindicais e movimentos sociais combativos brasileiros. O abaixo-assinado vai defender principalmente o financiamento público exclusivo de campanha, a rejeição de qualquer cláusula de barreira e desempenho, pela manutenção do voto proporcional e contra o voto distrital e pela ampliação da participação popular nas decisões sobre a reforma política. ■

Saiba mais

O que pode mudar?

Veja abaixo quais são as propostas que podem impor um retrocesso ainda maior ao processo eleitoral.

CLÁUSULA DE BARREIRA

Hoje já existe o coeficiente eleitoral, que restringe a entrada de determinados partidos no parlamento. Mas pretende-se criar a cláusula de barreira, que limitaria o número de partidos capazes de eleger parlamentares para apenas os que obtivessem mais que 5% dos votos nas eleições legislativas. Isso significa manter apenas os grandes partidos e jogar os demais na ilegalidade, na prática. O principal argumento para implementar a cláusula de barreira é que ela combateria as chamadas 'legendas de aluguel'. No entanto, a lei visa apenas perpetuar os mesmos partidos no poder, que funcionam como grandes legendas de aluguel, além de acabar com os partidos ideológicos.

VOTO DISTRITAL

Uma das propostas é a substituição do sistema de voto proporcional em vigor pelo distrital. Consiste em dividir os estados pelo número de deputados a que os mesmos têm direito, de modo que tal divisão territorial, pelo número de eleitores, formaria os distritos. O deputado que obtiver mais votos em determinado distrito estaria eleito. Essa medida já vigorou no período do Império e foi fundamental para a criação do chamado coronelismo, onde poucos políticos controlavam seu "curral eleitoral".

José Alencar: por que não reivindicamos sua biografia?

AMIGOS José Alencar com Antônio Carlos Magalhães

A esquerda tem por tradição reverenciar os seus mortos. Reivindicar a trajetória daqueles que deram suas vidas por um mundo melhor, sem exploração. Alencar, porém, não era um deles. Estava na trincheira oposta da luta de classes

DIEGO CRUZ, da redação

Fazia algum tempo que uma morte não era recebida com tanta reverência como a do ex-vice-presidente José Alencar, falecido no dia 29 de março, no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. Em tempos de reality show, as últimas horas do empresário de 79 anos, há 13 anos com câncer, foram exaustivamente acompanhadas pela imprensa.

Nos jornais ou na TV, a imagem de José Alencar esteve ao lado de qualificativos como "lutador" e "exemplo de vida", entre tantos outros. Repórteres emocionados elogiavam sua simplicidade mineira, enquanto analistas discutiam o legado do dono do maior complexo de tecelagem do país.

Políticos e personalidades de todos os matizes declararam luto. Até mesmo parte da esquerda lamentou a morte do ex-vice-presidente. Não apenas o lamento justificável pela perda de qualquer vida humana, mas um lamento que reivindica, politicamente, o empresário.

A CUT-RJ divulgou nota lamentando a morte do "grande brasileiro José Alencar" que, segundo a central, "conquistou o país com sua simplicidade e defesa permanente das grandes causas nacionais". O presidente do PSOL descreveu o ex-vice-presidente como "um exemplo de coragem na defesa de suas convicções democráticas", afirmando ainda que "o heroísmo de sua luta pela vida entra para a História do nosso país". Já o dirigente nacional do MST, João Paulo Rodrigues chegou a dizer que Alencar foi "um dos poucos bons burgueses".

O LEGADO DE ALENCAR

Qual é o significado de José Alencar para o país? Embora já fosse um grande industrial estabelecido, proprietário de 11 fábricas tecelãs que formam o complexo da Coteminas, o mineiro só ganhou destaque político nacional pelas mãos de Lula, nas eleições que o levaram à Presidência em 2002.

Mesmo que Lula credite a seu ex-vice o fato de ter ganho aquelas eleições, a escolha do industrial para compor a chapa para o Planalto foi bem mais simbólica. O desgaste de FHC e do neoliberalismo, assim como o histórico de Lula como líder operário, já colocavam o petista em uma posição de franco favoritismo frente ao então candidato tucano José Serra. Assim, com ou sem Alencar, seria muito improvável que o petista não ganhasse.

O empresário mineiro viria, na verdade, referendar a escolha programática do PT a favor do capital, da economia de mercado e da manutenção da política econômica dos governos anteriores. Seria necessária uma cara para a famigerada "Carta aos brasileiros". Lula e José Dirceu decidiram que a cara simpática e bonachona de Alencar se encaixaria perfeitamente aí.

Mais do que ganhar votos, a escolha de Alencar foi mais uma mensagem ao mercado. Foi então que se conformou a chapa entre PT e PL, o partido do empresário na época, que mais tarde se transformaria no PRB.

O EMPRESÁRIO

Outro fato que teria pesado na escolha de Alencar para o posto teria sido sua biografia, semelhante à de Lula como exemplo de "superação". De família pobre do interior de Minas Gerais, Alencar trabalhou no comércio durante sua juventude. Na década de 1960, constituiu a Companhia de Tecidos Norte de Minas, a Coteminas, que contou com generoso auxílio da Sudene na época para se expandir.

Foi só na década de 1990 que Alencar passou o comando de seus negócios a um de seus filhos e se lançou na vida política. Até então, sua atuação se limitava às associações de classe. Foi eleito senador em chapa com Itamar Franco, de quem se tornaria desafeto mais tarde.

Oficialmente, Alencar teria saído do mundo dos negócios. Mas eles não saíram dele. Recentemente, documentos vazados pelo Wikileaks comprovam a intenção da Coteminas de entrar no Haiti. O país ocupado militarmente pelas tropas da ONU comandadas pelo Brasil se tornou o paraíso das fábricas têxteis, devido à abundante e barata mão de obra. De lá, os produtos são exportados principalmente aos EUA. A estabilidade propiciada pelos soldados garante o retorno dos investimentos.

Os documentos, de 2009, mostram como o filho de Alencar, Josué Gomes da Silva, presidente do grupo, teria feito lobby para a empresa se beneficiar da Lei Hope II. Esta lei (Oportunidade Hemisférica Haitiana) foi estabelecida em 2007 e cria uma zona de livre comércio entre o país caribenho e os EUA. Ou seja, além da mão de obra barata, a Coteminas teria caminho livre para exportar aos EUA.

Vale lembrar ainda que, entre 2004 e 2006, o então vice José Alencar acumulou também o posto de ministro da Defesa. Ou seja, foi em seu mandato que o Brasil ocupou a liderança da Minustah, a missão de ocupação militar da ONU no Haiti, iniciada em 2004.

Josué Gomes não escondia o interesse da Coteminas em aproveitar as condições oferecidas pelo país haitiano. "O Brasil é reconhecido colaborador do processo de resgatar o Haiti. O país tem direito de pleitear um tratamento preferencial", chegou a dizer em entrevista ao jornal Valor Econômico, sobre a reivindicação da empresa de se beneficiar da Lei Hope.

ALENCAR NÃO É UM DOS NOSSOS

Não se deve negar que a figura de Alencar e seu jeito simples despertavam simpatia. Grande parte de sua popularidade experimentada em seus últimos momentos de vida, porém, deve-se à enorme popularidade de Lula.

Além disso, a orientação ultraliberal adotada pelo governo Lula, principalmente em seu primeiro mandato, fez parecer que o ex-presidente estivesse à direita de Alencar. O empresário, no entanto, fez o que qualquer industrial faria: reclamou dos juros altos. Esteve muito longe de qualquer política que pudesse ser considerada minimamente progressista.

José Alencar, mesmo que fosse um empresário "íntegro" e "honesto", de acordo com a moral burguesa, construiu seu império à custa da exploração dos trabalhadores. O capital acumulado por anos de exploração o possibilitou, em idade já avançada, receber o melhor e mais moderno tratamento contra o câncer. Possibilidade que nenhum de seus funcionários teria.

A esquerda tem a tradição de reverenciar os seus mortos. Ou seja, reivindicar a trajetória daqueles que deram suas vidas por um mundo melhor, sem exploração. Alencar, porém, não era um deles. Estava na trincheira oposta da luta de classes. Do lado dos exploradores. Por isso, apesar da comoção nacional provocada pela mídia, José Alencar não é um de nossos mortos. ■

CSP-Conlutas reafirma calendário de mobilização para abril

Nas próximas semanas serão distribuídos 500 mil jornais em todo o país com as principais propostas de luta da entidade e a divulgação do calendário de mobilização de abril

ANDRÉ FREIRE, de São Paulo

Nos dias 2, 3 e 4 de abril, no Rio de Janeiro, aconteceu a reunião da Coordenação Nacional da Central Sindical Popular-Conlutas. Foi um dos encontros mais representativos da central, com 230 ativistas do movimento sindical e popular credenciados, sendo 148 representantes com direito a voto e 82 observadores. Estiveram representados 41 entidades sindicais, 23 minorias de diretorias e oposições sindicais, cinco movimentos populares, duas entidades estudantis e dois movimentos de luta contra as opressões.

Na reunião da Coordenação Nacional foi reafirmado pelo conjunto das entidades e dos movimentos filiados o compromisso com a construção do calendário de mobilização, ao lado de várias outras entidades dos movimentos sindical e popular. Nas próximas semanas serão distribuídos 500 mil jornais da central em todo o país com as principais propostas de luta da entidade e a divulgação do calendário de mobilização de abril.

JUNTO ÀS LUTAS

A central seguirá acompanhando com toda a atenção o forte processo de mobilização dos trabalhadores da construção civil em várias regiões do país, em especial nas obras do PAC, buscando unificar e desenvolver essas lutas para arrancar dos patrões e do governo Dilma um compromisso de atendimento das suas reivindicações salariais e de melhoria nas condições de trabalho.

Outra importante atividade que terá apoio e participação da CSP-Conlutas serão os protestos de 7 de abril, dia mundial da saúde. Estão confirmadas mobilizações importantes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, um passo significativo na luta contra a privatização da saúde em nosso país.

CAMPANHAS SALARIAIS

A CSP-Conlutas buscará intervir também nas principais campanhas salariais deste primeiro semestre. O crescimento da inflação, principalmente com o aumento nos preços dos alimentos, tarifas, passagens dos transportes coletivos, entre outros, está corroendo os salários dos trabalhadores.

Neste momento estão em campanha salarial os trabalhadores da construção civil de Fortaleza, os metroviários de São Paulo e de outros estados, os rodoviários, os comerciários de vários municípios e os funcionários públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Como parte da campanha salarial do funcionalismo, no próximo dia 13, em Brasília, acontecerá uma manifestação nacional unificada das entidades sindicais do serviço público federal, que protestam também contra os ataques do governo Dilma à categoria, como o congelamento dos salários, o corte de verbas do orçamento das áreas sociais e a suspensão de concursos públicos. Além da ameaça de uma nova reforma da Previdência Social.

Os estudantes, organizados pela Anel, e o movimento popular, especialmente com os movimentos da Frente de Resistência Urbana, vão participar da manifestação do funcionalismo em Brasília no dia 13, realizando também atividades específicas de suas lutas.

Também no mesmo dia, em Belo Horizonte haverá uma manifestação unificada dos servidores públicos estaduais e municipais e do movimento popular urbano contra os ataques do governo do estado e da prefeitura aos servidores e as ameaças de despejos das ocupações dos sem-teto.

28 de abril: unificar as mobilizações no dia nacional de lutas

A principal atividade da CSP-Conlutas no calendário de mobilização de abril será a construção do dia nacional de lutas em 28 de abril.

Este dia foi definido por todas as entidades e movimentos que participam do espaço nacional de unidade de ação – CSP-Conlutas, Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Cobap, Intersindical, MTST, MTL, Anel, Cnesf, entre outras entidades combativas do movimento sindical e popular.

ATAQUES DO NOVO GOVERNO

Dilma acaba de completar três meses de governo mas, apesar do pouco tempo, já ficou clara sua política de ataques aos trabalhadores e à maioria do povo. Foi assim com o aumento absurdo no salário dos políticos do Congresso, principalmente em comparação com o reajuste abaixo da inflação para o salário mínimo, com o aumento dos juros e as medidas contrárias aos direitos do funcionalismo público federal, especialmente a proposta de congelamento dos salários dos servidores.

A presidente realizou ainda o maior corte da história no Orçamento da União, no total de R$ 50 bilhões, atingindo principalmente as verbas nas áreas sociais, como saúde, educação e programas sociais.

MAIS REFORMAS NEOLIBERAIS

Neste momento, estão em discussão no governo as propostas de reforma tributária e da nova reforma da previdência. A grande imprensa vem divulgando, a partir de declarações de ministros e fontes ligadas ao próprio governo, as possíveis medidas que serão adotadas.

Está sendo cogitada uma reforma tributária que, entre outras iniciativas, reduziria a contribuição patronal no financiamento da Previdência Social, e uma nova reforma da previdência que criaria a idade mínima para se aposentar por tempo de contribuição.

Em vez de simplesmente acabar com o famigerado fator previdenciário, o governo Dilma, com apoio e conivência das centrais sindicais governistas, está propondo substituí-lo pelo chamado fator 85/95, que condenaria os trabalhadores a ter direito à aposentadoria integral somente quando a idade somada ao tempo de contribuição atingisse 85 anos, no caso das mulheres, e 95, no caso dos homens.

UNIFICAR AS LUTAS

Portanto, não faltam motivos para sairmos à luta. O objetivo da CSP-Conlutas é unificar, num mesmo dia de luta, todas as mobilizações das campanhas salariais com as mobilizações do movimento popular e estudantil. Precisamos organizar um amplo movimento nacional que derrote os ataques dos patrões, do governo Dilma, dos governos estaduais e das prefeituras, e que consiga nossas reivindicações.

Após o dia 28 de abril, a CSP-Conlutas estará com outras entidades, movimentos e organizações políticas, em todo o país, na construção de atos classistas, de luta e socialistas no dia 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. ■

Liderança GLBT sofre agressão em São Paulo

Ativista do movimento GLBT e militante do PSTU foi agredido e não recebeu proteção da polícia, que assistiu a ameaças de bando homofóbico

DA REDAÇÃO

Desde o ano passado, uma onda de agressões a homossexuais tem ocorrido em São Paulo. Foi nesse contexto que, na madrugada de 23 de março, o estudante Guilherme Rodrigues, ativista do movimento GLBT e militante do PSTU, sofreu um ataque covarde na Rua Augusta, região central de São Paulo. Ele parou num posto de gasolina, na esquina da Rua Peixoto Gomide, quando avistou quatro garotos tentando agredir um casal gay.

O casal fugiu, mas os delinquentes não se conformaram e partiram para cima de Guilherme com empurrões, socos e chutes. Os funcionários do posto de gasolina intervieram, mas não adiantou. Uma viatura que passava por ali parou. Porém, em vez de segurança, o ativista sentiu descaso e preconceito.

A policial que estava no local se recusou a reconhecer o ato como crime de homofobia e tentou dissuadir a vítima de abrir o Boletim de Ocorrência. “Ela dizia: ‘Tem certeza de que quer ir pra delegacia? Quando sair de lá é cada um por si’, dando a entender que eles poderiam me pegar de novo”, relatou Guilherme.

Na delegacia, ela forneceu a versão dos bandidos: a de que Guilherme tinha “dado em cima” deles de forma vulgar. Foi preciso um funcionário do posto testemunhar e desmentir a versão. O homem confirmou que Guilherme fora agredido por ser gay. Os quatro criminosos não se intimidaram nem com a polícia e continuaram ameaçando.

Ato público em frente à delegacia onde Guilherme registrou o BO, juntou mais de 100 pessoas no dia 28 de março

“Eles diziam que iam me pegar, que sabiam quem eu era, não pararam de me ameaçar nem na delegacia, na frente da polícia”, diz Guilherme.

Apesar de tudo, o BO foi registrado. Foram consumados os crimes de lesão corporal, injúria e ameaça. No entanto, a formalização da denúncia só se deu pela persistência e coragem de Guilherme, e não porque a polícia cumpriu sua tarefa.

Mas essas não foram as únicas aberrações. A vítima teve negado o direito a usar o telefone. Durante o registro do BO, teve de dar seus dados, inclusive telefone e endereço, no mesmo local onde se encontravam seus agressores. Na saída, os criminosos foram liberados junto com ele. Guilherme teve de contar com a ajuda de amigos para ir embora. No dia seguinte, ele foi ao IML, onde houve “constatação de lesão”.

IMPUNIDADE CRIMINOSA

Esse não é um fato isolado em São Paulo, infelizmente. Nos últimos meses, uma série de agressões e atos homofóbicos aconteceu, principalmente na região onde Guilherme foi vitimado. Em geral, as agressões partem de bandos fascistas, compostos por jovens brancos de classe média que se organizam e saem às ruas para “caçar” gays. A impunidade e o preconceito abrem espaço para que grupos criminosos como este sigam se organizando e atacando livremente.

Entidades repudiam ataque

O ataque homofóbico gerou grande repercussão na imprensa, chegando a abrir o Jornal Nacional do dia 25. A agressão também provocou o repúdio de diversas entidades sindicais e de luta em defesa dos GLBTs, que enviaram notas e moções de solidariedade a Guilherme.

Enviaram notas de solidariedade Luiz Mott, dirigente do Grupo Gay da Bahia, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e o Coletivo LGBT 28 de Junho.

“Basta de silêncio”

Leia a carta aberta do ativista Guilherme. Veja a íntegra no site do PSTU

GUILHERME RODRIGUES, de São Paulo (SP)

“Meu nome é Guilherme e sou gay. E, hoje, me tornei o ‘rosto’ da última agressão contra gays, lésbicas, bissexuais ou transexuais na região da Paulista, em São Paulo. Mas poderia ser Maria, Edson, Yuri ou Cindy... Poderia ser nordestino, negro, travesti ou mulher. E poderia estar em qualquer esquina do Brasil.

Poderia ser mais um número, vítima anônima desses indivíduos e bandos homofóbicos neofascistas que atuam para destruir tudo o que não se enquadre no padrão ‘homem-branco-heterossexual’. E mesmo que, agora, eu exija ser reconhecido como ‘vítima’ de um crime, isto, pra nada, significa que me sinta fragilizado.

Muito pelo contrário. Sinto-me mais forte do que nunca e isto se deve ao enorme apoio que tenho recebido. Por isso, hoje, acima de tudo, venho a público agradecer, em meu nome e da Secretaria LGBT do PSTU, esta fantástica onda de indignação e solidariedade motivada pelo que ocorreu comigo.

Isso só demonstra que a homofobia não é um problema individual. É algo que afeta a todos nós. Se nada for feito, todos podemos ser “mais um” Guilherme, ou seja, alguém que eles acham que pode ser perseguido, insultado e agredido.

ESSES ATAQUES TÊM DE PARAR JÁ!

Hoje não queremos justiça só para este caso. Queremos punição aos quatro covardes que me atacaram, e que sirva de exemplo para esses bandos homofóbicos neofascistas.”

São Paulo, 30 de março de 2011

Como foi o ataque

FÁBIO FERNANDO

Voltando da faculdade, Guilherme parou num posto e viu quatro homens tentando agredir um casal gay.

O casal fugiu, mas os delinquentes e partiram para cima de Guilherme com empurrões, socos e chutes.

Uma viatura levou todos para a delegacia.
Na delegacia os agressores continuaram o ameaçando.

Greves paralisam obra

Maus tratos, superexploração, baixos salários e mortes revoltam e levam quase 100 mil trabalhadores a cruzarem os braços

ATNÁGORAS LOPES, da CSP-Conlutas

Os alimentos atingiram a maior alta, comUma onda de greves se espalhou pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em todas as regiões do país. No total, o número de trabalhadores que cruzaram os braços aproxima-se de 100 mil.

O tema ganhou maior evidência a partir dos episódios ocorridos nas obras de construção da hidrelétrica do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), em Rondônia, onde 35 mil trabalhadores levantaram-se contra uma situação de total humilhação, desrespeito e superexploração.

No Ceará, nas obras da refinaria do Pecém, aproximadamente seis mil cruzaram os braços e exigem melhores condições de trabalho, enquanto outros 40 mil pararam suas atividades e realizaram protestos nas obras da refinaria Abreu e Lima e no pólo petroquímico em Suape, no estado de Pernambuco (leia ao lado). Em Caraguatatuba, litoral de São Paulo, são aproximadamente três mil em greve, entre trabalhadores das obras e petroleiros da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA) da Petrobras.

A última reação dos trabalhadores aconteceu nas obras da hidrelétrica de Mato Grosso do Sul onde, após um segurança agredir um trabalhador e atirar dentro do canteiro, houve manifestações que tiveram como consequência a queima de vários alojamentos.

NAS OBRAS, O TRABALHO "MORTIFICA" O HOMEM!

O que estamos assistindo nessas manifestações é a explosão de milhares de trabalhadores contra uma situação intolerável, fruto do abuso das empreiteiras, da omissão do Estado e do aprofundamento de uma prática sindical de colaboração de classes e atrelamento desses "dirigentes" aos governos, especialmente ao governo federal.

É nesse quadro que as velhas práticas de humilhação, desrespeito, violência e preconceito são introduzidas e se espalham entres esses milhares de operários concentrados nas obras do PAC. Dessa maneira, grandes empreiteiras sentem-se à vontade para impor as mais arcaicas e nefastas formas de tratamento a seus empregados.

Um levantamento feito pelo jornal O Globo em 21 grandes empreendimentos do PAC registrou-se a morte de 40 trabalhadores. Apenas em Jirau já foram seis. Há um processo desenfreado de subcontratação e terceirização que provoca grandes diferenças salariais entre trabalhadores com a mesma profissão e num mesmo canteiro de obra. Grande parte dos operários vem de diversas cidades e regiões distantes e fica "alojada" no local da construção. Na maioria dos casos, eles só têm direito a uma "folga", de apenas uma semana, a cada 120 dias trabalhados.

Como disse um operário, "na obra tem fila pro banheiro, fila pro almoço, fila pra receber o salário, tem fila pra tudo". Todo esse cenário também ocorre em meio a uma pressão violenta dos encarregados e chefes de campo, que maltratam os trabalhadores. As empreiteiras adotam fortes esquemas de "segurança" que, como podemos ver nos noticiários, agridem e oprimem os operários frequentemente.

Humilhados e com baixos salários, sentem as dores da distância e da perda sem amparo, nem proteção. Até mesmo o sindicato que devia defendê-los atira contra eles, como ocorreu em Suape e Rondônia. No Jirau, dois sindicatos (um filiado à Força Sindical e outro à CUT) se enfrentam numa disputa de representação, enquanto o caos segue no canteiro da obra.

Quem lucra com a superexploração

No entanto, se os trabalhadores sofrem com a falta de amparo, as obras do PAC são um verdadeiro presente para as empreiteiras. Todas elas contam com generoso financiamento público através do BNDES. Só em 2009, os empréstimos do banco para infraestrutura chegaram a quase R$ 49 bilhões. Para a construção civil, o volume foi de R$ 6,6 bilhões. O montante representou mais de 40% de todo o empréstimo feito pelo banco em 2009. Ou seja, o financiamento público das obras do PAC garante lucro certo às empreiteiras que, para aumentar sua taxa de retorno, impõem esta situação de barbárie nos canteiros de obras.

Mas as empreiteiras agradecem a generosidade do governo petista com polpudas doações de campanha. Na eleição passada, as construtoras doaram para a campanha de Dilma mais de R$ 107 milhões, o que representou 41% das doações para a candidata e para o Diretório Nacional do PT. As principais doações vieram da Camargo Corrêa (R$ 13 milhões), Andrade Gutierrez (R$ 15,7 milhões), OAS (R$ 9,7 milhões), Queiroz Galvão (7,8 milhões) e Odebrecht (R$ 2,4 milhões). Todas elas tem contratos com as obras do PAC.

SUAPE

Suape: lucro para a patronal e exploração para os trabalhadores

Operários da construção civil dão exemplo de resistência e luta

PSTU-PE, especial para o Opinião Socialista

Todo movimento sindical comprometido com a luta dos trabalhadores precisa marcar a data de 9 de fevereiro de 2011. Nesse dia, operários da construção civil na obra da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, foram recebidos à bala durante uma assembleia. O operário Tiago Ramos de Souza levou um tiro no rosto e ficou em estado grave. O acusado de atirar contra os trabalhadores foi um vigilante do próprio sindicato, o Sintepav.

Na semana anterior, operários que trabalham nas obras da petroquímica foram duramente reprimidos enquanto protestavam. Após um incidente que causou o incêndio no alojamento dos trabalhadores, a patronal e o governo Eduardo Campos (PSB) não só demitiram e mandaram prender os ativistas, mas também expulsaram o restante dos operários.

UMA GREVE VITORIOSA

A paralisação dos canteiros de obra começou no dia 17 de fevereiro com os trabalhadores do consórcio CONEST, formado pelas construtoras Odebrecht e OAS. Dos 13 pontos de reivindicação, 11 foram aceitos pela patronal, mas os trabalhadores estavam decididos a ir até o fim nesta luta. Não abriram mão do reajuste no valor da cesta básica de R$ 80 para R$ 160 e do pagamento de 100% das horas-extras aos sábados. Em março, a mobilização cresceu e os demais operários aderiram à greve. Quase 34 mil trabalhadores de 29 empresas cruzaram os braços. Isso afetou a construção da Refinaria Abreu e Lima, da Petroquímica Suape e a conclusão das obras do Estaleiro Atlântico Sul e do porto.

No dia 30 de março, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) determinou a concessão dessas duas últimas exigências ainda pendentes e as estenderam para os trabalhadores da construção civil em Suape. Entretanto, julgou a greve ilegal e isso permite que a patronal faça o desconto dos dias parados. Com isso, a categoria voltou ao trabalho sob a condição de não serem descontados os dias de imediato. A negociação agora entre a patronal e os trabalhadores é o abono dos dias parados. Apesar desse impasse, a greve em Suape foi vitoriosa. Uma verdadeira demonstração de resistência. "O mais importante desse movimento em Suape foi a unidade da categoria e a consolidação da organização de base. Isso tem que continuar, pois as comissões de base são o principal instrumento para a mobilização dos trabalhadores", afirmou Helio Cabral, representante da CSP-Conlutas em Pernambuco.

A luta agora é pelo não desconto/compensação dos dias parados que a patronal quer impor a partir da "abusividade" definida pelo TRT de PE, como se abusiva não fosse a exploração dos patrões sobre os trabalhadores.

as do PAC

JIRAU

"Quando se procura o sindicato, ele está do lado patrão"

O Opinião entrevistou um dos operários que trabalha na construção civil da Petroquímica de Suape. Seu nome foi omitido para evitar perseguição da patronal. Confira.

OS - COMO É O DIA A DIA NO TRABALHO?

Silvio - Nós sofremos para chegar ao trabalho. Se você mora distante, a viagem de ônibus chega a levar até duas horas e, se você mora próximo, chega muito cedo e fica esperando até 45 minutos para bater o ponto em torno das 6h30, dependendo da empresa. E olha que o ponto não é na portaria, é na obra, e a gente leva uns 15 minutos da portaria até a obra. Depois de ficar de sol a sol, vem o almoço, o feijão não tem verdura, o arroz muitas vezes é daquele "unidos venceremos", grudados os grãos. Além disso, a hora de trabalho de um profissional especializado custa cerca de R$ 4,30 e a de ajudante R$ 2, 90.

OS - E OS TRABALHADORES DOS OUTROS ESTADOS QUE ESTÃO AQUI?

Silvio – Eles têm que passar quatro meses aqui e uma semana de folga para ver a família, aí a empresa paga passagem de ônibus para eles irem. Tem um companheiro de Belém do Pará que leva mais de 40 horas para ir e mais de 40 horas para voltar.

OS - E COMO VOCÊS SE ORGANIZAM PARA LUTAR?

Silvio - Quando procuramos o sindicato para nos defender, ele só fazia estar do lado do patrão. Por isso geralmente nas empresas se formam comissões de empregados, embora muitos são perseguidos ou comprados pelas empresas, quando se procura o sindicato ele está do lado patrão. Então na greve nós vimos o Bebeto da federação e a confederação do nosso lado. Vi também um companheiro da Conlutas que falava em todas nossas assembleias nos apoiando.

A realidade dos operários em Pernambuco

A greve dos operários da refinaria Abreu e Lima mostrou que existe uma nova classe operária que hoje se desloca para onde estão as obras do PAC, os chamados operários trecheiros. Também existem operários mais especializados que vêm de outros estados do Nordeste. Muitos jovens que eram canavieiros viraram operários da construção civil, mas geralmente são os mais explorados, com salários mais baixos, e trabalham como ajudantes.

Uma das maiores obras do PAC, os investimentos no Complexo Suape estão mudando a estrutura econômica de Pernambuco. De acordo com o governo estadual, está previsto um total de R$ 46 bilhões em investimentos públicos e privados até 2014. A obra tem recebido todo tipo de facilidades por parte do governo estadual e prefeituras da Região Metropolitana. Em Suape, os terrenos foram doados às construtoras.

SUPEREXPLORAÇÃO E ACIDENTES

Mas do lado dos trabalhadores a realidade é outra. Segundo o IBGE, os trabalhadores da construção civil, metalúrgicos e comerciários da Região Metropolitana do Recife, incluído Suape, estão submetidos às maiores jornadas de trabalho de todo o país, muito superiores às 44 horas semanais previstas em lei. Junto a isso há os baixos salários e a imposição de constantes horas-extras por parte da patronal.

Também é preocupante a verdadeira epidemia de acidentes de trabalho. Segundo os fiscais do ministério, foram encontradas irregularidades graves em 50% das obras do estado, incluindo as obras do complexo de Suape. Mas existe uma subnotificação dos acidentes de trabalho por pressão da patronal nas indústrias, especialmente nos setores montados em Suape e que precisam manter a aparência de modernidade e eficiência a fim de conseguirem os incentivos e isenções do governo.

SEM DESCANSO

Outra questão refere-se aos alojamentos. Após um dia muito cansativo, os operários são obrigados a dormir em locais superlotados e com poucos banheiros para uma infinidade de pessoas. Por fim, destaca-se também o problema dos refeitórios. "Ficamos muito tempo na fila para almoçar e isso termina diminuindo nosso tempo de descanso. É muita gente para a estrutura montada", denunciou um dos operários da construção da CONEST.

"SINDICALIZAÇÃO FORÇADA"

Enquanto isso acontece, as grandes centrais, Força Sindical e CUT principalmente, disputam a base dessas categorias através de sindicalização forçada. Praticamente todos os operários já são sindicalizados a contragosto pela patronal quando entram na empresa, além de pagarem o imposto sindical, que desconta um dia do trabalhador no mês de março.

Os militantes do PSTU que atuam na CSP-Conlutas estiveram lado a lado dessa luta vitoriosa. Defendemos as comissões de empregados para representá-los e estaremos disponíveis para continuar denunciando as arbitrariedades da patronal, com o total apoio dos governos Eduardo Campos e Dilma Rousseff. Afinal de contas, essa luta dos companheiros da construção civil não foi e nem será a única, pois outros setores do complexo industrial também estão sendo explorados.

Jirau: a revolta no maior canteiro de obras do país

Atnágoras Lopes[1], Ailson Cavelheiro Cunha[2] e Nestor Bezerra[3]

A imagem de alojamentos em chamas, enquanto milhares de trabalhadores com suas malas e bagagens caminhavam por uma estrada de terra. Essa é a cena símbolo da revolta do Jirau, complexo da hidrelétrica do Rio Madeira, localizado em Rondônia.

A imagem correu mundo afora e mostrou a imensa superexploração na maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É necessário dar nome aos responsáveis por essa situação e exigir a reversão imediata desse cenário. A construtora Camargo Corrêa e os governos federal e estadual têm de ser responsabilizados e incriminados, e não os trabalhadores. É bom lembrar que esta construtora está entre as cinco maiores empresas financiadoras da campanha eleitoral da presidente Dilma. Sozinha, a Camargo Corrêa doou R$ 8,5 milhões. Juntos, governo e construtora implementam esse projeto sem nenhum respeito ao meio ambiente, ao povo ribeirinho e, agora, aos direitos dos trabalhadores.

Para execução das obras de Jirau e Santo Antônio, complexo que fica a aproximadamente 130 quilômetros de Porto Velho, foram deslocados mais 35 mil operários da construção civil, vindos, em sua grande maioria, do Norte e Nordeste. No complexo, foram montadas as instalações para permanência desses operários.

As condições precárias de vida naquele local levaram a uma situação insustentável que desencadeou a reação desses operários. Neste momento, as obras estão paralisadas, fruto da explosão de inúmeros protestos, e as empreiteiras insistem em criminalizar os trabalhadores. O governo federal reforça o viés repressivo ao enviar a Força Nacional de Segurança ao local depois das agressões, das prisões, das balas de borracha e das bombas lançadas pela Polícia Militar. Traumatizados, muitos decidiram retornar aos seus lares e não mais continuar trabalhando nesse complexo. Aos que resolverem permanecer será necessário garantir:

✔ O fim de toda e qualquer contratação terceirizada e a automática absorção, pelo consórcio tomador da obra, desses trabalhadores, com a garantia do pagamento imediato de todos os direitos trabalhistas do período anterior;

✔ A reconstrução das áreas de vivência, com o acompanhamento e fiscalização dos órgãos competentes, uma comissão eleita pelos trabalhadores da obra e entidades representativas dos mesmos;

FOGO. Alojamentos no Jirau queimando

✔ A retomada da execução das obras somente após concluída a recuperação da infraestrutura dos canteiros e mediante aprovação por assembleia geral dos trabalhadores;

✔ Que o consórcio pague a todos os trabalhadores uma indenização por dano moral coletivo;

✔ O atendimento de todas as pautas de reivindicação já apresentadas por estes trabalhadores, a começar pelo aumento salarial.

É hora de lutar, de fazermos da defesa dos trabalhadores de Jirau e Santo Antônio um ato de extrema unidade entre todas as organizações do movimento e as centrais sindicais para enfrentar o governo e os patrões e fortalecer as manifestações previstas para o mês de abril, começando pelo ato dos servidores públicos federais, no dia 13, em Brasília, e intensificando a construção das mobilizações em todos os estados no próximo dia 28.

(1) Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular
(2) Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém (PA)
(3) Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza (CE)

Em reunião com o Planalto, CSP-Conlutas defende punição às empreiteiras

Atnágoras Lopes propôs o cancelamento dos contratos do governo com as empreiteiras que desrespeitam a legislação trabalhista e cobrou maior fiscalização das obras

No dias 29 e 30 de março, a CSP-Conlutas participou de uma reunião chamada pelo governo com as centrais sindicais e representantes das empreiteiras das obras do PAC. O encontro, convocado pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, teve como pauta as revoltas operárias que viraram de ponta cabeça alguns dos principais canteiros de obras do PAC.

As rebeliões operárias causaram comoção a partir das manifestações no canteiro da usina Jirau, em Rondônia. A revolta se espalhou para milhares de trabalhadores da construção civil de obras do PAC que estão paralisados em todo o país. De forma geral, denunciam as condições subumanas que vigoram nos canteiros comandados por grandes empreiteiras.

"Na reunião com o governo, defendemos a punição severa das empreiteiras que superexploram os trabalhadores e descumprem a legislação trabalhista", afirmou Atnágoras Lopes, dirigente da CSP-Conlutas, que esteve na reunião com Zé Maria. Atnágoras é também dirigente da construção civil de Belém. Participaram ainda, da parte dos trabalhadores, representantes da CUT, Força Sindical, CGTB, NCST e CTB, além do Sindicato Nacional da Construção Pesada.

Ao contrário das demais centrais, os dirigentes da CSP-Conlutas defenderam o cancelamento dos contratos do governo com as empreiteiras que descumprem as leis trabalhistas. "Cobramos do governo também que ele garanta mais condições para as fiscalizações do trabalho, com mais estrutura e um número maior de servidores, abrindo concursos públicos para a contratação de auditores fiscais", relata Atnágoras.

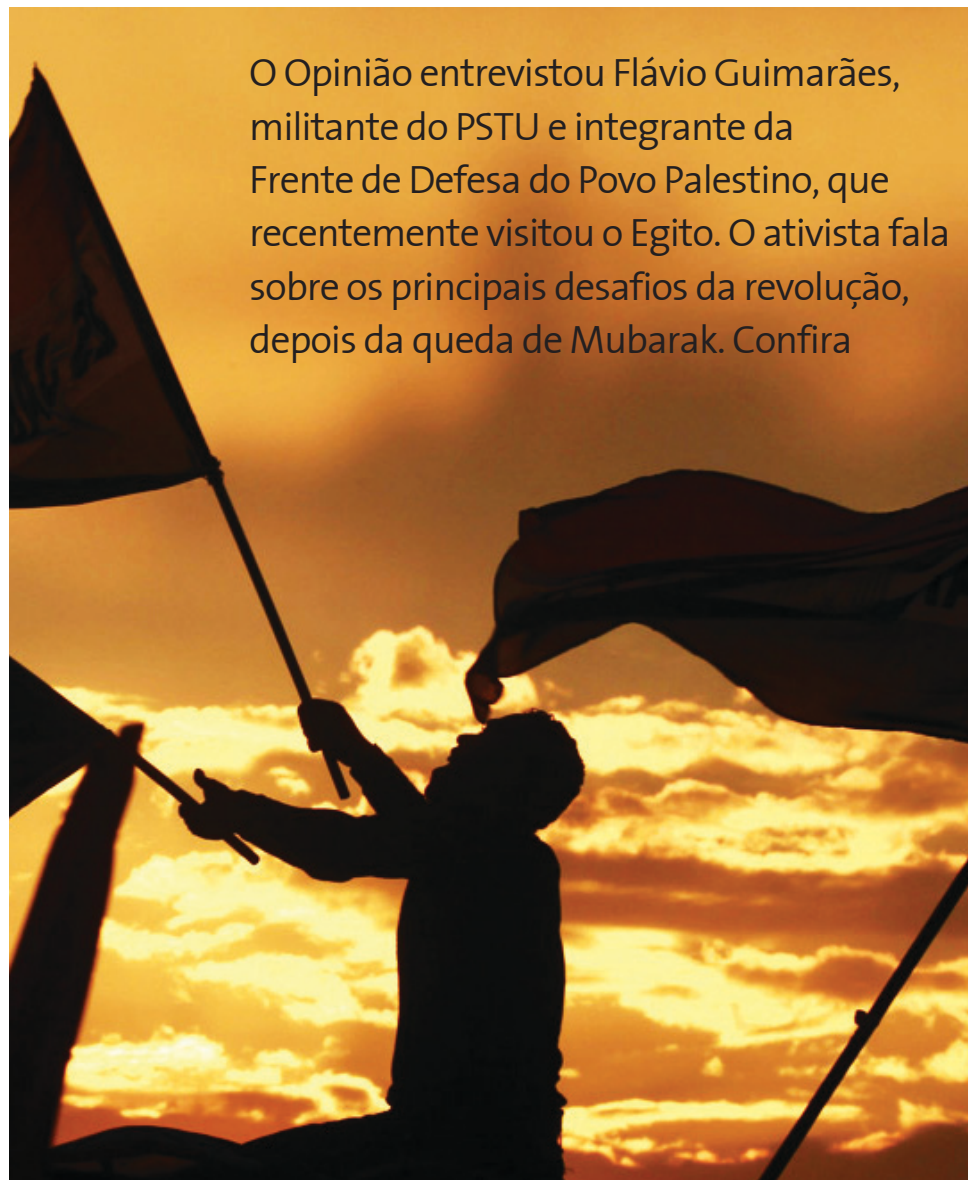
Os representantes da CSP-Conlutas denunciaram ainda a brutal repressão contra os trabalhadores, que teve o uso da Força Nacional de Segurança em Rondônia. O ministro chegou a reconhecer a responsabilidade do governo na atual situação dos operários empregados nas obras do PAC.

COMISSÃO

Ao final da reunião, o ministro Gilberto Carvalho encaminhou a criação de uma "Comissão Nacional Permanente" para seguir discutindo o estabelecimento de normas para a execução das obras e a proteção dos trabalhadores. Atnágoras Lopes vai compor o grupo pela CSP-Conlutas. A primeira reunião ocorreu no dia 31.

Na reunião, o dirigente da CSP-Conlutas defendeu duas bandeiras essenciais para frear a superexploração dos trabalhadores. A primeira delas é dobrar imediatamente o número de auditores do Ministério do Trabalho para que possa haver uma verdadeira fiscalização das condições de trabalho nas obras do PAC. Outra medida muito importante é assegurar estabilidade no emprego a todos os trabalhadores das comissões de base. "As comissões foram surgindo espontaneamente na base dos trabalhadores e se afirmaram durante as greves. Mas os trabalhadores que as compõem só têm 60 dias de estabilidade. Encerrado esse prazo, as empreiteiras vão demitir todos aqueles que lutarem pelos direitos dos trabalhadores", diz Atnágoras.

"O clima de revolução está no ar"

O Opinião entrevistou Flávio Guimarães, militante do PSTU e integrante da Frente de Defesa do Povo Palestino, que recentemente visitou o Egito. O ativista fala sobre os principais desafios da revolução, depois da queda de Mubarak. Confira

NASCER DO SOL. Os egípcios fizeram uma revolução que conquistou o mundo. Agora cabe a eles aprofunda-lá

PELA REDAÇÃO

QUAIS FORAM AS SUAS IMPRESSÕES NA CHEGADA NO EGITO APÓS A QUEDA DE MUBARAK?

Flávio - A primeira sensação de quem chega ao Cairo é o clima de revolução que está no ar. Todas as pessoas com quem conversei sentiam orgulho da revolução do dia 25 de janeiro, como a chamam lá. As famílias levam os filhos para visitar a Praça Tahrir, escutar os discursos, compram bandeiras do país, pintam os rostos dos filhos com as cores nacionais. Na verdade o povo egípcio sente que derrubou um ditador odiado pela coragem e pela força da mobilização de milhões.

MAS HOUVE MUDANÇAS CONCRETAS?

As conquistas da revolução são evidentes: além da derrubada de Mubarak, o parlamento ilegítimo foi destituído, a polícia política foi dissolvida e transformada em uma divisão do Ministério do Interior, os sindicatos independentes estão legalizados, as greves conquistaram reajustes, vários presidentes de empresas estatais foram destituídos, daqui a seis meses haverá eleições livres para todas as associações estudantis universitárias, os edifícios e auditórios nas universidades foram rebatizados com os nomes dos mártires da revolução e todos os grupos políticos atuam abertamente, incluindo os socialistas.

A REVOLUÇÃO JÁ TERMINOU?

Não. Essas conquistas são muito parciais. Há demandas democráticas como a liberdade para todos os presos políticos, julgamento de Mubarak, igualdade para as mulheres e outras que não foram atendidas. Os baixos salários e o altíssimo desemprego entre a juventude também não estão resolvidos. Há ainda questões anti-imperialistas como os acordos com Israel e o fornecimento de gás a preços reduzidos para Israel, que também não estão resolvidas. Na verdade, só um governo dos trabalhadores pode oferecer uma solução séria para estas demandas.

QUAL É A REAÇÃO ENTRE O GOVERNO E O IMPERIALISMO?

A burguesia egípcia e a cúpula militar, com o apoio dos governos estadunidense e europeus, frente à força da revolução popular, mudou de tática. Ao invés de apelar para a repressão aberta contra as mobilizações, busca outra saída para congelar e desmobilizar a revolução: ampliar a base de sustentação do regime através de eleições livres com a cooptação dos partidos burgueses de oposição, como a Irmandade Muçulmana, e de dirigentes da juventude e do movimento popular.

O QUE O GOVERNO TEM FEITO PARA CONGELAR A REVOLUÇÃO?

Após a queda de Mubarak, a cúpula militar indicou um novo governo com integrantes não vinculados a ele, e um conselho de sábios para fazer propostas de emendas constitucionais. O chefe desse conselho é ligado à Irmandade Muçulmana, que desde então está unida às políticas do governo. Esse apoio levou a várias crises internas com a juventude e outros dirigentes da Irmandade. A primeira vitória do novo governo foi no plebiscito sobre as emendas constitucionais.

QUAIS ERAM AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS APROVADAS?

Estas emendas basicamente estabeleciam garantias para a legalização dos partidos e para as eleições, além de limitar as leis de exceção ao período de seis meses. De imediato as emendas foram apoiadas pela Irmandade Muçulmana e pelo partido de Mubarak, os maiores do país.

QUAL É A POSIÇÃO DOS SETORES REVOLUCIONÁRIOS?

A juventude representada principalmente pela coalizão da Juventude da Revolução e setores à esquerda se opuseram às emendas, pois querem uma nova constituição, já que a atual tem vários problemas, como dar poderes ditatoriais ao presidente, a impossibilidade de mulheres se candidatarem à presidência, e a discriminação aos cristãos, que são cerca de 20% da população. A população cristã também se opôs. Outros setores liberais se opuseram às emendas, pois querem adiar as eleições para ter tempo e condições para concorrer e impedir que a Irmandade Muçulmana, maior partido de oposição, vença as eleições.

O GOVERNO CONSEGUIU APROVAR AS EMENDAS...

O governo venceu com uma votação dividida nas cidades mais importantes do país, do Cairo e Alexandria. No dia seguinte ele anunciou uma lei antiprotestos. Antes o governo já fazia uma campanha aberta contra as greves baseado na necessidade de retomar a economia e de ter estabilidade. Com isso, o governo busca isolar as greves que se generalizaram.

A REVOLUÇÃO ACABOU?

Não, a revolução continua. A resposta veio no dia 1° de abril. A manifestação na Praça Tahrir no Cairo, e em frente à mesquita Al Qaed Ibrahim em Alexandria, reuniu mais de cem mil pessoas. As reivindicações são julgamento de Mubarak por conta das mortes durante a revolução e o indiciamento do "eixo do mal" [principais colaboradores de Mubarak]. Também querem o fim das leis de emergência, a libertação de todos os presos políticos, abolir o uso dos tribunais militares para julgar civis, a destituição dos governos e parlamentos regionais, e a dissolução do NDP [partido de Mubarak], com um período de proibição de seus membros de participar de eleições. E deu prazo de uma semana para o atendimento das reivindicações, já convocando manifestações para 8 de abril.

QUAL É A POSIÇÃO SOBRE A REVOLUÇÃO NA LÍBIA?

No dia 18 de março, na Praça Tahrir, um representante dos rebeldes líbios foi ovacionado pelos manifestantes. O apoio à revolução líbia é visível. No dia 1º de abril, um bloco de 100 apoiadores de Kadafi tentou integrar a manifestação na Praça Tahrir, mas foi impedido pelos manifestantes.

E A POSIÇÃO QUANTO A ISRAEL?

Israel é odiado pelo povo egípcio. O ascenso das lutas no Egito começou em 2000 com o movimento de solidariedade aos palestinos. O preço baixo do gás fornecido a Israel foi objeto de protestos no último dia 1º. Esse ódio contra Israel ocorre em todo o mundo árabe. No Líbano, por exemplo, há uma ativa campanha de boicote à Israel.

QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS DA REVOLUÇÃO?

A revolução é uma só em todo o mundo árabe. Já teve uma primeira vitória na Tunísia e no Egito. Mas segue em aberta em toda a região. A aliança entre a juventude revolucionária com a classe trabalhadora, mais as mulheres e os soldados na base do exército, pode criar um poder alternativo, um poder operário, que pode levar a revolução até o fim. A maior debilidade é a direção do movimento. Após a falência do nacionalismo árabe de Nasser e do stalinismo, que se acomodaram com o imperialismo e Israel, surgiram as correntes fundamentalistas. Estas também tendem à negociação com o imperialismo pelo seu caráter burguês. É necessário apoiar todas as iniciativas que existem para a construção de um partido revolucionário socialista em toda a região. ■

DESMOND BOYLAN

Cuba: relatos sobre a restauração do capitalismo

O que é Cuba hoje? O debate sobre o que se passa na ilha é muito polêmico no interior da esquerda. Existe uma enorme nuvem de fumaça sobre a realidade deste país. Para muitos, se trata ainda de um Estado operário, o "último bastião do socialismo". Para nós, trata-se justamente do contrário. Gabriel Casoni e Verónica Garcia visitaram Cuba no início deste ano e descreveram em reportagem especial para o Opinião Socialista o que realmente ocorre na ilha.

GABRIEL CASONI E VERÓNICA GARCIA, especial para o Opinião

Havana, 14 de janeiro. As ruas mal iluminadas jogam uma tímida luz sobre os decadentes casarões coloniais. Os antigos Cadillacs e Chevrolets da década 50 passeiam tranquilos pela avenida Paseo Del Prado. Cartazes oficiais com as fotos de Fidel e Raúl Castro colorem as paredes velhas. Próximo ao imponente edifício El Capitólio, numa esquina escura de Havana Vieja, uma cubana é abordada por um turista europeu. A conversa é rápida, e alguns minutos depois a jovem entra num luxuoso hotel para estrangeiros. A prostituição retornou à ilha.

Na simpática ruela Obispo, encontramos José, vendedor de livros no centro de Havana. O senhor, de expressão cansada e conversa fácil, oferece-nos obras de Marx e Lênin e nos convida para ir até sua casa para mostrar as coleções. Em "seu" pequeno apartamento, repartido entre várias famílias, não há geladeira, tampouco cama ou fogão. Sobre uma estante antiga, os livros empoeirados. José faz a oferta sem titubear: "as obras escolhidas de Marx em troca de sua camiseta".

A revolução cubana de 1959 acabou com as paupérrimas condições de vida do povo cubano. O desemprego colossal foi diminuindo até o pleno emprego, o acesso aos alimentos básicos erradicou a fome, o direito à moradia se converteu em realidade para todos, a reforma agrária permitiu terra aos camponeses pobres, enquanto o nível alcançado na educação e na saúde se tornou um símbolo mundial das conquistas da revolução socialista. Hoje, em 2011, 52 anos depois da revolução, qual é a realidade do povo cubano? O que aconteceu com suas conquistas? O que é Cuba hoje?

"Aqui em Cuba tem capitalismo de Estado e miséria para o povo"

17 de janeiro, Santa Clara. Em 1958, Che Guevara, à frente da coluna rebelde nº 8, tomou a cidade. Sua conquista era então estratégica para o triunfo da revolução cubana. Passados mais de 50 anos, uma cena revoltaria o velho.

Num café reservado aos turistas, uma mesa chama a atenção. Nela está um grupo de senhores elegantes, com roupas de grifes europeias e sapatos finos. Os homens são membros do Partido Comunista Cubano (PCC). O tema da conversa não é o socialismo ou a revolução, nem ao menos as condições de vida do povo. Eles falam sobre como aproveitar "as novas oportunidades de negócios".

Não é para menos. Na pequena ilha, o capitalismo prospera. Multinacionais europeias associadas aos órgãos governamentais promovem uma intensa expansão dos negócios privados. Um mundo de luxo, praias paradisíacas e turismo sexual, colorido pelo charme "revolucionário" da ilha, oferece-se para o deleite do estrangeiro.

O turismo, motor da economia cubana, desmente a argumentação de que os problemas de Cuba têm origem no bloqueio comercial norte-americano, suposto responsável pela não entrada de recursos. Somente em 2010 a atividade injetou mais de 2,5 bilhões de dólares (1) , emplacando um recorde, segundo os relatórios governamentais. Juan, trabalhador numa fábrica estatal de alimentos e "orientador" de turista nas horas vagas, explica: "aqui tudo gira em torno do turismo, só com o salário da fábrica se passa fome".

FOME E MISÉRIA

20 de janeiro, Havana. Ao caminhar pelo famoso passeio El Malecón, podemos ver antigos edifícios, feitos de pedra e terra. É possível observar também aqueles que pedem dinheiro nas ruas, mães que põem seus filhos para pedir esmolas a estrangeiros, homens e mulheres que buscam de alguma forma extrair algo da multidão de turistas que aflui a seu país porque é exótico e barato e porque, em algum momento, houve uma revolução. É evidente que eles apreciam uma outra Cuba, diferente daquela em que o povo vive.

Há uma Cuba paralela: a dos turistas e privilegiados pelas ligações com o alto escalão do Estado, que vivem em ótimas condições materiais. Miguel, trabalhador cubano, num tom contido e duro, desabafa: "Há negócios em Cuba, o turismo domina tudo, as pessoas ligadas ao governo estão bem, pois se beneficiam disso. Enquanto isso, a vida do povo só piora cada vez mais".

Do outro lado, o quadro se inverte. A Cuba de hoje é um povo que tem fome, que em sua miséria material grita e espera por mudanças. Os baixos salários, a falta de moradia, água e eletricidade, a carência de medicamentos e a mísera ração de comida fazem-nos recordar de qualquer país latino-americano. Essas cenas podem ser vistas em qualquer rua de São Paulo, La Paz, Buenos Aires, Bogotá ou Lima.

Esta não é uma imagem de um país socialista, tampouco de um Estado operário. Esta é a Cuba capitalista. É o que deixa claro um taxista em Santa Clara: "Aqui em Cuba tem capitalismo de Estado e miséria para o povo. A gente não tem comida, somente os que têm negócios conseguem melhores condições. Para o povo... o povo tem fome".

Uma imagem que ilustra a ruína econômico-social pela qual passa a ilha é a ração alimentar mantida pelo Estado, da qual depende a maioria dos cubanos. De acordo com especialistas (2), nos anos críticos da década de 90 (dito "período especial"), a ração mensal fornecida pelo Estado garantia alimentação para 20 dias. Atualmente, o que era insuficiente se tornou calamidade. A ração mensal garante apenas 12 dias de alimentação para uma família.

(1) Jornal La Juventud Rebelde, nº 74, 16 janeiro de 2011.

(2) Jornal Folha de S. Paulo, 6 de janeiro de 2011.

ENRIQUE DE LA OSA

ENRIQUE DE LA OSA

“Troco os livros por remédios ou roupas”

Santa Clara, 18 de janeiro. As crianças correm pela rua, escutamos risadas vindas de um edifício e podemos ver pais e mães esperando por seus filhos: não é mais que uma velha escola em Santa Clara. Um edifício muito velho abriga esses jovens. A escola sofre com as péssimas condições. Nas salas pequenas, as paredes mal se sustentam. A qualidade da educação é uma das conquistas que ainda sobrevivem, mas já com buracos em suas entranhas. O que farão os meninos e meninas depois que terminarem sua educação em um país que não garante um salário maior que 30 dólares?

A opinião popular é um indicador preciso do que se passa em Cuba. Os cubanos reconhecem a “qualidade” da saúde e educação, no entanto, apontam que esses serviços estão piorando. Encontramos Pedro numa fila de ônibus na periferia de Havana. Questionado sobre a qualidade da saúde e educação, o trabalhador responde: “está piorando, cada vez mais. Desde a década de 90 os serviços sociais pioram... As atuais reformas atacam ainda mais”.

Do mesmo modo, a queda na qualidade da saúde é inegável. A atenção médica segue gratuita, mas os medicamentos são escassos e, na maioria dos casos, as pessoas têm que comprá-los. Assim comenta Rafael, que faz “bicos” para sobreviver em Havana: “troco os livros por medicamentos ou roupas. Aqui em Cuba o dinheiro não existe, para mim o mais importante é se tenho acesso a medicamento ou roupas”.

Contra-reformas atacam o povo

Em 2010, o PIB cubano cresceu anêmicos 2,5%, enquanto a produção de alimentos caiu 15% . Já um ano antes, o governo havia sido obrigado a suspender os contratos, sequestrar contas bancárias e suspender pagamentos. O salário médio não deixa dúvidas sobre a miséria econômico-social que assola os trabalhadores cubanos. Segundo dados oficiais do órgão La Oficina de Estadísticas de Cuba (Panorama Econômico e Social 2010), o rendimento médio foi de 456 pesos (cerca de 15 dólares ao mês) no último ano. Pedro, trabalhador cubano, resume a situação dramática: “Faltam comida, luz e roupas... O salário não dá para as necessidades básicas”.

Nesse contexto de grave crise, está sendo processada uma reforma econômica com drásticas medidas. O governo, que emprega cerca de 90% dos trabalhadores da ilha, anunciou um corte de 500 mil servidores até março de 2011, como forma de reduzir “vultosos gastos sociais”. Segundo analistas, a massa de desempregados – que pode chegar a 1 milhão em três anos – terá dificuldades para ser absorvida pelo mercado. Entre as alternativas sugeridas aos sem emprego pelo governo estão criar coelhos, pintar prédios ou conduzir barcos na baía da Havana.

Para o jornalista e escritor cubano Carlos Alberto Montaner, trata-se de um “ajuste brutal, que poderia ser qualificado de ‘neoliberal’ se tivesse sido feito por um governo democrático”. “Em três anos, planejam despedir 1,3 milhão de pessoas. Isto é mais de 25% da força de trabalho. Não haverá empregos para este número enorme de pessoas. A esperança não admitida pelo governo é de que os familiares e amigos exilados os sustentem desde o estrangeiro”, afirma.

Ditadura capitalista e luta pelo socialismo

O letreiro semiapagado anuncia o filme “Casa Vieja”. No antigo e charmoso cinema “Karl Marx”, centenas de cubanos assistem atentos à película nacional. O filme trata de temas polêmicos: homossexualidade, machismo e relações familiares. Num certo momento, um dos protagonistas dirige-se a outro personagem e pergunta: “neste país se pode pensar?”. Todo o cinema cai em risadas, completando a ironia da cena.

A ditadura em Cuba amordaça e reprime violentamente. Estão proibidos os sindicatos independentes, a oposição pública, a livre expressão e a liberdade de organização. Enfim, não é tolerada a mínima divergência organizada em relação ao regime. João, que trabalha num teatro em Havana Vieja, quase sussurrando, nos explica a situação: “não posso manifestar minhas opiniões, não posso viajar, para falar com vocês tenho que falar em voz baixa para ninguém ouvir... Queria comprar um sapato, mas não posso, meu salário não permite... Veja: dizem que a educação é boa e é verdade, mas de que adianta isso se eu não posso ter minhas opiniões livres?”

Com a restauração capitalista, o regime ditatorial tornou-se ainda mais nefasto. A ditadura “castrista” que se erguia sobre a base social de um Estado operário, hoje se apoia sobre o capitalismo. A diferença em relação a qualquer país latino-americano que derrubou regimes ditatoriais na década de 80 é a de que em Cuba, frente ao ajuste neoliberal do governo, não se pode fazer greves, realizar manifestações ou mesmo organizar um sindicato livre.

Em um sistema capitalista, há uma luta incessante para definir quem é mais “forte”, pois o objetivo é conseguir mais dinheiro e melhores condições materiais. Uma minoria obtém os privilégios econômicos à custa da maioria, que trabalha duramente para obter ao menos um pouco de alimento, enquanto outras pessoas já sofrem a síndrome do desemprego. As expressões de dor são comuns entre a gente que, em sua miséria, trata de encontrar alguma alegria para sobreviver. Isso é justamente o que se passa em Cuba sob o “tacão” da ditadura.

DESMOND BOYLAN

A tarefa imediata e mais sentida pelo povo cubano é a derrubada da ditadura. Junto a essa luta, é preciso estar contra os “ajustes neoliberais” anunciados recentemente pelo governo, bem como defender as conquistas sociais que sobrevivem. A luta pelo socialismo em Cuba pressupõe retomar a propriedade estatal sobre os principais meios de produção, além de reconquistar a planificação econômica e o monopólio sobre o comércio exterior. É necessária uma segunda revolução política e social em Cuba! ■

Todo apoio ao povo líbio contra Kadafi,

É impossível encontrar neste momento um país árabe que não esteja sendo sacudido por revoltas ou mobilizações. Neste sentido, os acontecimentos na Líbia desencadearam uma polêmica em toda a esquerda, difícil e muito dura.

ÁNGEL LUIS PARRAS, da Liga Internacional dos Trabalhadores

O surpreendente neste debate é que, quando não existe um só país do mundo árabe que tenha ficado livre das revoltas populares, se negue a ligação deste processo com o líbio.

Para quem procurou desde o início diferenciar o levantamento na Líbia do processo geral no Oriente Médio e no mundo árabe, a razão mais utilizada é que essa mobilização é dirigida pela "Frente Nacional pela Salvação da Líbia [NFSL na sigla em inglês] uma organização financiada pela CIA que chama o povo líbio a reiterar um juramento de lealdade ao rei Idris el-Senusi como líder histórico do povo líbio".

Esta forma de explicar os fenômenos políticos ou sociais está sem dúvida muito próxima da proliferante teoria da conspiração.

No entanto, coloquemo-nos por um momento nesta tese e aceitemos que a situação da Líbia se explica como parte de um plano traçado pela CIA. Surgem então várias dúvidas.

Kadafi era o homem do imperialismo na Líbia desde 2003 e, especialmente a partir de 2006, as multinacionais faziam o que queriam; o FMI, oito dias antes do levantamento popular, felicitou publicamente o governo líbio pelos planos que estava aplicando. Kadafi foi fotografado com todos os presidentes do mundo e convidado especialmente por Obama para a Cúpula do G8. Apoiou com entusiasmo Ben Alí, o ditador tunisiano, e Mubarak, quando os dois estavam sendo questionados pelos levantamentos populares, e lhes ofereceu refúgio na Líbia. Kadafi é o homem que dispõe das chaves de ouro de Madri e é amigo declarado de José María Aznar. É sócio de Berlusconi, e o governo líbio é acionista do grupo aeronáutico e de defesa Finmeccanica, controlado pelo Estado italiano; acionista da empresa de petróleo ENI; da têxtil Olcese e do clube de futebol Juventus, entre outros. Inclusive o governo líbio participa como acionista do grupo Quinta Communications, cujo acionista majoritário é Berlusconi.

Rebeldes líbios enfrentam tropas de Kadafi

A pergunta inevitável é: por que a CIA organizaria um complô contra um homem com semelhante currículo?

Kadafi também opina que é uma conspiração mas, segundo ele, trata-se de um complô da Al Qaeda e da Otan, que a apoia: "Enfrentamo-nos com o terrorismo da Al Qaeda por um lado e, por outro, com a Otan, que agora apoia da Al Qaeda".

Historicamente, as intervenções da CIA se caracterizam pelo impulso de golpes militares, mas surpreende que na Líbia a CIA tenha provocado e siga provocando uma revolta popular, principalmente no meio de uma ebulição como a do mundo árabe, sacudido por revoltas em toda parte. Pareceria um bombeiro louco jogando gasolina ao redor de um enorme incêndio.

Onde ficam nesta teoria conspiratória as classes sociais, o caráter de classe dos Estados, as contradições internas de cada classe, as contradições entre os próprios Estados imperialistas, e entre os grupos multinacionais, as contradições entre os movimentos sociais e suas direções?

OS CRITÉRIOS DE LÊNIN PARA "DESCOBRIR A VERDADEIRA ESSÊNCIA DE UMA GUERRA"

Diante das guerras, contra os pacifistas que condenavam toda guerra por princípio, e frente aos oportunistas que capitulavam aos governos e aos Estados burgueses, Lênin exigia determinar a natureza da guerra, antes de definir uma posição política.

Lênin, que certamente dedicava horas e horas para ler todo jornal burguês que caísse em suas mãos, dizia: "Como descobrir a 'verdadeira essência' da guerra, como determiná-la? A guerra é a continuação da política. É preciso estudar a política que precede a guerra, a política que leva e levou à guerra". Lênin continua: "O filisteu não compreende que a guerra é a 'continuação da política' e, por isso, se limita a dizer que 'o inimigo ataca'".

Com mais veemência, Lenin continua a polêmica: "Se não fizéssemos assim, esqueceríamos a exigência principal do socialismo científico e toda a ciência social em geral e, além disso, nos privaríamos de compreender a guerra atual. É possível explicar a guerra sem relacioná-la com a política precedente deste ou daquele Estado, deste ou daquele sistema de Estado, destas ou daquelas classes? Repito mais uma vez: esta é a questão principal, que sempre se esquece e cuja incompreensão faz com que, de dez discussões sobre a guerra, nove resultem numa vã disputa, em mero palavreado. Nós dizemos: se vocês não estudaram a política praticada se não demonstraram a ligação desta guerra com a política precedente, não entenderam nada desta guerra".

OS FATOS DA REALIDADE

Além das conclusões políticas que se queira tirar, o dado objetivo é que assistimos a uma onda revolucionária em todo o mundo árabe e no Oriente próximo. Na Líbia Kadafi, o homem das multinacionais do petróleo, que garante o espólio imperialista, se depara com protestos e lutas que culminaram em 17 de fevereiro com um levantamento popular.

Como no resto da região, a mobilização põe o centro de suas exigências na luta contra o aumento dos preços e na demanda pelas necessidades mais elementares, contra o governo corrupto e por liberdades democráticas básicas.

A revolta de 17 de fevereiro se espalha pelas principais cidades do país e se fortalece na região de Cirenaica, de velha tradição opositora a Kadafi. O ditador responde reprimindo a ferro e fogo os protestos, o que, longe de pará-los, gera um enfrentamento armado. A utilização do exército contra os protestos, longe de resolver o problema, abre uma profunda crise de regime.

Setores do exército desertam, ministros, diplomatas e "homens de negócios" deixam as fileiras do regime e passam para a oposição. Os rebeldes assaltam quartéis e arsenais de armamento. Assim, os fatos constatam que, ao contrário do Egito e da Tunísia, o regime é incapaz de reconduzir institucionalmente a revolta e se divide. Kadafi apela aos batalhões de elite e a mercenários para sufocar os protestos que, longe de sucumbir, se generalizam e os acontecimentos se transformam assim em uma guerra civil.

A transformação de um levantamento popular em guerra civil é o fato objetivo e a diferença qualitativa, no momento, da Líbia em relação ao Egito ou à Tunísia.

Voltando às exigências de Lênin antes de definir uma política, qual é a natureza desta guerra? É preciso dizer que a intervenção da Otan na Líbia, a guerra imperialista, se produz sobre a existência de outra guerra prévia, a guerra civil. Assim, na Líbia estamos em meio a duas guerras. Os defensores da teoria da conspiração negam de fato

mas não à intervenção da Otan

a existência da primeira e reduzem o conflito líbio a uma só guerra "o imperialismo ataca", negam o levantamento popular e acabam objetivamente sendo os defensores confessos ou inconfessos de Kadafi.

O MOVIMENTO INSSURGENTE E SUA DIREÇÃO

Para todos os defensores da teoria da conspiração da CIA, a diferença da Líbia com o Egito e a Tunísia está precisamente na direção do processo. Para todos eles, a direção do levante e a mobilização são iguais, o que dá à insurreição um caráter reacionário, contrarrevolucionário, insubordinado.

Definir a natureza de um movimento por sua direção é um erro tão comum entre alguns setores da esquerda como alheio ao marxismo.

Setores desta esquerda que hoje diferencia a Líbia do resto do processo revolucionário árabe participaram desde o primeiro momento das manifestações de apoio ao levante na Tunísia e no Egito, e quem era a direção nesses processos? As massas egípcias protagonizaram um levante exemplar contra o governo de Mubarak, a Praça da Libertação foi o símbolo mas, à frente dela, se colocaram dirigentes burgueses e reacionários como a Irmandade Muçulmana ou os partidários do pró-imperialista El Baradei. O exército egípcio, a instituição chave do regime, assessorada e legitimada pelo imperialismo, desarmava os manifestantes enquanto deixava entrar na praça bandos de Mubarak para fazer estragos. As massas que clamavam contra o governo e conseguiram tirar Mubarak acabaram aplaudindo o exército. Por que participamos então com entusiasmo da revolta no Egito, quando à frente tinham semelhante direção pró-imperialista e na praça se clamava pela intervenção do exército egípcio?

A explicação não é outra: nós jamais confundimos o movimento com sua direção. Sobre o impulso objetivo da ação das massas atuam esses elementos conscientes, que representam interesses de classes diferentes e enfrentados, para reconduzir o processo em um e outro sentido, dotando-o de um programa.

Para os marxistas esse processo, longe de ter um caminho linear, está cheio de tensões, contradições e enfrentamentos entre as distintas forças que vão disputar essa direção. Trava-se assim uma luta viva, audaz, cujo resultado não é predeterminado por nenhum conspirador nem força alguma do destino.

QUAL É ENTÃO A NATUREZA DOS PROTESTOS CONTRA KADAFI?

O fato concreto que desencadeia as mobilizações primeiro, e a repressão ao regime depois, é fartamente conhecido. Os protestos na Líbia começaram, como em outros tantos países árabes. No dia 17 de fevereiro, as manifestações contra Kadafi, encabeçadas pelos familiares das vítimas do massacre ocorrido na prisão de Abu Salim, em Trípoli, há 15 anos (onde foram assassinados 1.200 presos e foi detido o advogado dos familiares desses presos), foram respondidas a tiros pelas forças de Kadafi. Foram desencadeados assim os atuais acontecimentos. É um movimento progressivo, objetivamente revolucionário e anti-imperialista, pois enfrenta o governo títere do FMI e do imperialismo.

Uma pergunta fundamental que toda a esquerda deveria fazer é o que fariam se estivessem lá. Se estivéssemos na Líbia, nós estaríamos sem duvidar um minuto ao lado dos que saíram às ruas contra Kadafi, apoiando esse movimento, independentemente de sua direção. E, quanto mais reacionárias são essas direções, mais obrigados estamos a intervir para impedir que elas tomem a direção do movimento.

Desde os acontecimentos de 17 de fevereiro, se espalham por todo o país comitês populares. Onde as tropas de Kadafi foram expulsas, esses comitês eram encarregados de assegurar os alimentos e a eletricidade; obter o petróleo para abastecimento de combustíveis para as plantas elétricas; assegurar a distribuição de água.

A ausência de instituições nos lugares liberados foi substituída por esses comitês. Não é nada difícil adivinhar o que todo este processo significa, porque todo processo revolucionário, quando derruba o Estado e sua coluna central, o exército, se divide, se vê obrigado a substituir todo este maquinário, a improvisá-lo, neste caso.

Quem é a base de todas essas milícias e do movimento de insurreição? Como em muitos outros países árabes, são jovens, homens e mulheres, que encabeçaram o levante contra o tirano.

Os dados conhecidos indicam que se generalizaram os conselhos municipais, e começou a coordenação entre eles em algumas zonas. Inicialmente todos os dados apontam para um papel relevante da chamada "coalização revolucionária de 17 de fevereiro", cujo porta-voz é Abdelhafed Ghoga, jurista e defensor dos direitos humanos.

A conformação do chamado Conselho Nacional aparece como a resposta "necessária" tanto para "colocar ordem" nas fileiras de insurgentes como para estabelecer um interlocutor com o regime e o mundo.

A formação do Conselho Nacional reflete as tensões internas e os objetivos diferentes de seus próprios componentes. As diferenças geracionais e políticas entre eles são notáveis. "O conselho foi útil para manter a coesão. É normal que no início existam diferentes pontos de vista. Não é fácil que todos aceitem a autoridade do conselho. O mais difícil é controlar esses jovens", declarava Mohamed Gheriani, um de seus mais significativos porta-vozes.

Não apenas essas declarações confirmam as contradições entre o Conselho Nacional e a base rebelde. No mesmo dia em que a ONU aprovava a resolução autorizando a intervenção na Líbia, milhares de pessoas manifestavam em uma praça central de Bengasi para festejar a notícia. As imagens, retransmitidas pela Al Jazeera, mostram na praça uma enorme faixa muito difundida em fotos, com um lema em inglês: "Não à intervenção estrangeira, o povo líbio pode agir sozinho".

Integrado por 31 membros, a maioria clandestinos, o Conselho Nacional é composto por representantes das distintas cidades, por figuras de prestígio na luta pelos direitos democráticos e por um núcleo duro de homens procedentes do regime de Kadafi. Para citar alguns ex-kadafistas, cabe mencionar Abdul Fatah Younis, ex-chefe do Ministério de Governo, que passou para o bando da sublevação nos primeiros dias da revolução; Ali Aziz Al Issawi, que foi ministro da Economia e se demitiu de seu posto de embaixador na Índia; o ex-ministro da Justiça Mustafá Abdel Yalil, que deixou este posto em fevereiro.

O imperialismo se apressou em reconhecer esse conselho, em primeiro lugar para ajudá-lo a colocar "ordem" e disciplina nas indisciplinadas milícias e, em especial, como eles mesmos reconhecem, nos mais jovens.

A conformação do Conselho Nacional, longe das teorias da conspiração, mostra numa revolução as contradições internas e o combate entre o caráter objetivo antiditatorial e antiimperialista que expressa o levante das massas e a ausência de uma direção revolucionária, o que permite a homens do velho regime e setores burgueses situar-se à frente para reconduzir esse levante para uma transição acordada com o imperialismo e o que consigam salvar do regime de Kadafi.

Aqueles que dizemos "Otan não, fora Kadafi", longe de neutralismo, deixamos clara nossa posição: estamos contra a intervenção imperialista e a favor de que a inssurreição derrote Kadafi. Deixamos claro que estamos contra a intervenção imperialista, mas não somos neutros na guerra civil aberta, queremos que os rebeldes líbios não deixem nem rastro do regime pró-imperialista e tirano de Kadafi. ■

Em defesa dos perseguidos políticos do consulado

Com uma forte e representativa presença, é lançada a campanha em defesa dos perseguidos políticos do consulado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO
Convidam:
ATO PÚBLICO
EM DEFESA DOS 13 PERSEGUIDOS POLÍTICOS DO CONSULADO AMERICANO
PELO ARQUIVAMENTO DO PROCESSO
EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS
NÃO À CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
Quinta, 31 de março, 19h
Faculdade Nacional de Direito da UFRJ
Rua Moncorvo Filho, 8, Pça. da República – Centro
(Próximo da Central do Brasil)
APOIOS: CSP-Conlutas, DCE-UFRJ, ANEL, PSOL e PSTU
Abaixo-assinado online: http://migre.me/48cXL

Samuel Tosta

Ato reúne 350 pessoas na Faculdade de Direito da UFRJ

MIGUEL MALHEIROS, do Rio de Janeiro

"Obama, Dilma e Cabral, prenderam inocentes pra roubar nosso pré-sal!" Com essa palavra de ordem, o plenário do Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRJ explodiu quando o último dos perseguidos políticos alinhou-se em frente à mesa do ato convocado pela UFRJ. O evento contou com a participação do SEPE-RJ, CSP-Conlutas, PSOL, PSTU, entre outras entidades, movimentos e partidos. O ato se realizou, simbolicamente, em 31 de março, quando se completavam 47 anos do golpe militar.

Aplaudidos de pé pelo conjunto dos presentes, os 13 do Rio, a maioria de cabeças raspadas, são hoje um símbolo vivo da luta contra o imperialismo e pelo direito democrático de divergir.

UM ATO AMPLO

Assim, o ato pelo arquivamento do processo contra os ativistas se transformou num ato contra a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. Fez parte da mesa a professora Laura Tavares, pró-reitora de extensão da UFRJ, representando o professor Aloísio Teixeira, reitor da universidade. Também na mesa esteve presente Flávio Martins, diretor da Faculdade de Direito da UFRJ (FND); Nilo Batista, ex-governador e ex-secretário de Segurança do estado do Rio; Zé Maria, presidente do PSTU; Cyro Garcia, presidente do PSTU-RJ; Mauricio Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Marcelo Cerqueira, advogado; Rubens Casara, da Associação de Juízes pela Democracia; professor Danilo, representando a CSP-Conlutas; Aderson Bussinger, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ; Cecília Coimbra, do Tortura Nunca Mais; professor Frederico Falcão (ANDES), Paulo Ramos, deputado estadual (PDT); Chico Alencar, deputado federal (PSOL); Janira Rocha, deputada estadual (PSOL); Ivan Pinheiro, dirigente do PCB; Emanuel Cancella (Sindipetro – RJ); e Francisco, da Comissão das Vítimas do Morro do Bumba. Impossibilitado de comparecer o advogado Modesto da Silveira, histórico defensor de presos políticos, enviou por escrito sua saudação.

No plenário era marcante a presença de ativistas e dirigentes estudantis, sindicais e populares. Ali esteve representado não só o grande Rio. Compareceram representantes das Vítimas das Chuvas de Nova Friburgo, militantes de Volta Redonda, Macaé, Cachoeiras de Macau e outras regiões do estado.

Também estiveram presentes delegações de Minas Gerais, metroviários, professores de São Paulo, uma delegação de dirigentes estudantis da USP e da PUC-SP, além de representantes de outros estados.

PELO ARQUIVAMENTO DO PROCESSO

A tônica das intervenções explicitou o caráter das prisões. O diretor da Faculdade de Direito registrou: "Quando procurado por uma estudante, com a necessidade de organizarmos um desagravo aos perseguidos políticos do Consulado, disse a ela 'Tem de ser aqui na FND'. Não apenas por um dos carecas, o Tibita, ser aluno nosso, mas também porque esta é uma casa símbolo das lutas contra as ditaduras em nosso país."

Já Cecília Coimbra, do Tortura Nunca Mais, frisou: "Esta luta, em defesa dos perseguidos políticos, é também uma luta em defesa das liberdades democráticas. Não podemos permitir que coisas como essa, prisões políticas, virem a tônica, isso seria pisotear a história dos que lutaram contra a ditadura."

A fala de Fred Falcão, que lutou contra a ditadura, tendo sido, inclusive, preso, emocionou a todos: "Tenho orgulho de ter sido subversivo na ditadura, de ter ajudado a subverter a ordem ditatorial. Hoje devemos ter orgulho de lutar para subverter a ordem desta sociedade injusta. Orgulho em ser parte de uma Central Sindical e Popular, a CSP-Conlutas – que ousou subverter o consenso em torno da presença de Obama".

LUTAR NÃO É CRIME

Representando os perseguidos políticos, Gualberto Tinoco, o "Pitéu", explicou: "Rasparam nossas cabeças, nos punham de cócoras, nos obrigavam a olhar para o chão, não olhar para nossos carcereiros, tentando quebrar nosso moral, nossa disposição de luta. Tentando fazer de nós um exemplo. Porém não conseguiram. Afinal lutar é direito, lutar não é crime".

Falando em nome dos familiares, Chirlete Proença, mãe de dois dos perseguidos políticos (Gabriela e Yuri), afirmou: "Tivemos entre nossos familiares perseguidos e presos pela ditadura. Parece um filme que está passando de novo. Mas naquele tempo havia uma ditadura. Esses treze são perseguidos políticos. Quando isso acabar, e para nós acaba com o arquivamento do processo, vamos exigir reparação".

NÃO VAMOS PARAR!

Encerrando o ato, Cyro Garcia afirmou categoricamente: "Não vamos parar a campanha em defesa dos 13 perseguidos políticos do Consulado dos EUA. Não vamos parar a campanha . Trata-se aqui da defesa das liberdades democráticas conquistadas na luta contra a ditadura", explicou o dirigente. "A campanha se ampliará, e no final venceremos. O arbítrio não vai prevalecer."

Assine o abaixo-assinado

O ato também lançou a campanha nacional em defesa dos perseguidos políticos do consulado. Já está disponível na internet o abaixo-assinado digital. No próprio ato os dirigentes e personalidades presentes encabeçaram um abaixo-assinado, que também tem o apoio da CSP-Conlutas, em sua última reunião.

www.pstu.org.br

Assine o abaixo-assinado e confira mais sobre a campanha